**IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008.**

\*\*\*

Este livro propõe-se a uma análise do Serviço Social processo de (re)produção das relações sociais *no movimento global do capital*. Prioriza o redimensionamento do trabalho e da sociabilidade no tempo presente presididos pelos ministérios dos fetichismos, que o capital assume na sua forma mais mistificada: *o capital que rende juros*, cunhado Marx de *capital fetiche[[1]](#footnote-2).*

\*\*\*

Nesse quadro, os dilemas do trabalho e da satisfação das necessidades sociais são obscurecidos, em favor das mercadorias e do dinheiro, em quanto produtos do capital. A hipótese analítica é que o resultado desse processo tem conduzido à banalização da vida humana, que se encontrara na raiz da *questão social* na era das finanças, na qual o capital, em luta contra sua crise, torna-se um “espectro de si mesmo”, como anota Finelli (2003), parafraseando Marx: oculta e dissimula na sua superfície aparente e sedutora o processo interior que o gera e reproduz[[2]](#footnote-3).

\*\*\*

A compreensão acerca *dos fundamentos do Serviço Social* parte do suposto de que a historia da sociedade é o terreno privilegiado para apreensão das particularidades do Serviço Social: do seu modo de atuar e de pensar incorporados e construídos ao longo de seu desenvolvimento. Sendo a profissão um produto sócio-histórico, adquire sentido e inteligibilidade na dinâmica societária da qual é parte e expressão. Decifrar essa especialização do trabalho supõe, nesse sentido, elucidar os processos sociais que geram a sua necessidade social; o significado de suas ações no campo das relações de poder econômico e político –das relações entre as classes e destas com o Estado-, assim como desenvolvimento de debate teórico e cultural de seu tempo[[3]](#footnote-4).

\*\*\*

O serviço Social afirma-se como uma profissão, que vem respaldando seu exercício, sistematizações, saberes e a produção científica acumulada por seus pesquisadores no acervo intelectual e cultural herdado fundamentalmente do pensamento social na modernidade sofrendo, hoje, os influxos da *critica pós-moderna[[4]](#footnote-5)*.

\*\*\*

A leitura do trabalho do assistente social no âmbito das relações sociais capitalistas supera os influxos liberais, que, ainda hoje, grassam as análises sobre a chamada “prática Professional” como prática do indivíduo isolado, desvinculada da trama social que cria sua necessidade e condiciona seus efeitos na sociedade. Nessas, os processos históricos são reduzidos a um contexto distinto da prática profissional, que a condiciona “externamente”. A prática é tida como uma relação singular entre o assistente social e o usuário de seus serviços –o “cliente”-, com frágil conhecimento das expressões da *questão social* e das políticas sociais correspondentes. Essa visão a-histórica e da profissão, -desqualificado como “teoricismo” –em favor das versões empiristas, pragmáticas e descritivas da sociedade e do exercício profissional, enraizadas em um positivismo camuflado sob um discurso progressista de esquerda[[5]](#footnote-6).

\*\*\*

A *hipótese* que orienta a revisão crítica é que as obras analisadas centram sua análise no Servico Social, enquanto *trabalho concreto*, útil, de qualidade determinada, abordado sob focos distintos: a tese do *sincretismo da prática indiferenciada* (Netto, 1991a, 1992,1996); *a tese da identidade alienada* (Martinelli,1989); *a tese da correlação de forças* (Faleiros 1980ª;1981,1987b199a,1999b) *a tese da assistência social* (Santos, 1982;Yazbek,1993;1999a) *a tese da proteção social* (Costa, 1995a;1995b) *e a tese da função pedagógica do assistente social* (Abreu, 2002). Esses diferentes recortes temáticos na abordagem do Serviço Social e de seu exercício atestam uma riqueza da produção acadêmica dessa área, alertando para questões que ora se complementam, ora de distanciam na totalização da leitura das particularidades da profissão e de seus agentes, enquanto trabalho útil que responde às necessidades sociais historicamente circunscritas[[6]](#footnote-7).

 \*\*\*

(...) privado de autonomia e esvaziado pela lógica do capital, oculta e dissimula, precisamente por meio da superfície, de sua exterioridade, aparente e sedutora, o processo interior que o gera e reproduz continuamente (...) o domínio do capital reside no fato de ter se tornado um espectro de si mesmo[[7]](#footnote-8).

\*\*\*

O caráter alienado da relação do capital, sua fetichização, alcança seu ápice no capital que rende juros, que representa a mera propriedade do capital como meio de apropriar-se do trabalho alheio presente e futuro. O capita-dinheiro aparece, na sua superfície, numa relação consigo mesmo, como fonte independente de criação de valor, à margem do processo de produção, apagando o seu caráter antagônico frente ao trabalho[[8]](#footnote-9).

\*\*\*

“O capital é agora coisa, mas como coisa capital. O dinheiro tem agora “amor corpo” (Marx, 1985b:t.III,v.IV), como cita Fausto, de Goethe. Aparece como fonte misteriosa, como coisa autocriadora de juro, *dinheiro que gera dinheiro* (D-D). *Obscurece as cicatrizes de sua origem, assumindo a forma mais coisificada do capital*, que Marx denomina de capital fetiche. A relação social está consumada na relação com uma coisa, do dinheiro consigo mesmo. Em vez da transformação real do dinheiro em capital, aqui se mostra apenas *sua forma sem conteúdo[[9]](#footnote-10)*.

\*\*\*

O juro não o lucro aparece, pois, como criação de valor do capital, brotando do capital, portando de sua mera propriedade. Daí o rendimento criado especialmente pelo capital. É nesta forma que também é concebido pelos economistas vulgares. Nesta desaparece toda mediação e se completa a figura fetichista do capital, assim como representação do capital se separa de sua propriedade econômica, porque a apropriação de uma parte do lucro, sob o nome de juros, aflui para um capital em si ou proprietário do capital inteiramente separada do processo produtivo.[[10]](#footnote-11)

\*\*\*

A expressão monopolista provoca a fusão entre o capital industrial e bancário, dando origem ao domínio do *capital financeiro* (Lenin, 1976,tV)[[11]](#footnote-12).

\*\*\*

A fase do imperialismo clássico desdobra-se a partir de década de 40 do século XX e, mais particularmente, após a Segunda Guerra Mundial, em um desenvolvimento ulterior da expansão monopolista, que Mandel chama de “capitalismo tardio”. Este mantém, no desdobramento da história destacadas por Lênin e as leis básicas do movimento do capital anunciadas por Marx, sendo que a *busca de superlucros* torna-se o estímulo principal do crescimento da produção. As flutuações das taxas de lucro resultam em ondas longas com tonalidade expansiva e/ou de estagnação na tensão entre superacumulação e crise depressão[[12]](#footnote-13).

\*\*\*

Por meio dessas políticas, o Estado passa a administrar as expressões da *questão social*, que é fragmentada e parcializada a partir de suas seqüelas, metamorfoseadas em “problemas sociais” Para Netto (1992:30), a ordem monopólica incorpora e, simultaneamente, nega o ideário liberal, ressituando-o. Corta o ideário liberal intervindo nas políticas sociais; recupera-o, ao debitar a continuidade das seqüelas ao indivíduo monada, responsabilizado por seus êxitos e fracassos[[13]](#footnote-14).

\*\*\*

A formação profissional tem na questão social sua base de fundação sócio-histórica, o que lhe confere um estatuto de elemento central e constitutivo da relação entre profissão e realidade social:

O assistente social convive diariamente com as mais amplias expressões da questão social, matéria-prima de seu trabalho. Confronta-se com as manifestações mais dramáticas dos processos sociais ao nível dos indivíduos sociais, seja em sua vida individual, seja em sua vida coletiva (ABESS/CEDEPSE, 1996:154-155)[[14]](#footnote-15)

As teses apresentadas, a s fontes de produção das relações sociais: as teses apresentadas, as fontes teóricas que condicionam o percurso e os resultados de suas elaborações. Busca-se, assim, identificar os avanços já obtidos, no marco da renovação crítica do Serviço Social brasileiro, *referentes ao trabalho do (a) assistente social* e, simultaneamente apontar silêncios e omissões no legado acumulado, que possam instigar e enriquecer a agenda da pesquisa nessa área no que concerne ao trabalho profissional[[15]](#footnote-16).

 \*\*\*

Ela se revela na produção editorial, na formação acadêmica- nos níveis de graduação e pós-graduação-, no processo de organização da categoria profissional e na construção de um projeto profissional do Serviço Social brasileiro, no lastro do processo de rendimiensionamento crítico da profissão na América Latina, tal como se apresenta nos países de língua espanhola. As origens desse processo remontam ao movimento de reconceituação, que foi superado no processo coletivo de reflexão profissional operado no Brasil no transito para década de 80, o que justifica a delimitação do universo de crítica teórica à literatura brasileira[[16]](#footnote-17).

 \*\*\*

É, também, reconhecida a hegemonia que as interpretações de caráter histórico-crítico foram assumindo progressivamente na liderança do debate acadêmico-profissional brasileiro, a partir da década de 80. Nesse rumo intelectual e político, é construída uma nova face para o Serviço Social, distinta da herança de suas origens, nos campos da produção teórica e do exercício profissional, ampliando suas bases de legitimidade para além das esferas patronais, no sentido de incorporar os interesses e as necessidades dos segmentos populacionais subalternizados alvo dos serviços prestados pelo assistente social[[17]](#footnote-18).

 \*\*\*

Inscritos em um universo teórico soldado pela teoria social crítica –ou em áreas fronteiriças que se aproximam no campo político-, ainda que abordados sob diversas inspirações teóricas que vão desde o anuncio do hegelianismo, ao amplo campo da tradição marxista: Marx, Lúkacs e Gramsci[[18]](#footnote-19).

\*\*\*

Assim, a condição de trabalho assalariado, regulada por um contrato de trabalho impregna o trabalho profissional de dilemas da alienação e de determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores, ainda que se expressem de modo particular no âmbito desse trabalho qualificado e complexo[[19]](#footnote-20).

 \*\*\*

Ao longo dos dois últimos decênios, o debate no Serviço Social viveu um duplo e contraditório movimento: o mais representativo dói o processo de ruptura teórica e política com o lastro conservador de suas origens; em sinal contrário, verificou-se o revigoramento de uma relação (neo) conservadora aberta e/ou disfarçada em aparências que a dissimulam, como já indicou Netto (1996). Seu solo comum é a negação do processo histórico enquanto totalidade –apreendida em suas múltiplas determinações e relações- em favor dos fragmentos e particularismos na vida em sociedade, que é destruída das clivagens de classe, fazendo florescer influxos voluntaristas ou deterministas, condensados nos dilemas do fatalismo e do messianismo, ambos cativos de uma prática social esvaziada de historicidade[[20]](#footnote-21).

\*\*\*

Nos termos de Netto, os projetos profissionais, construídos pela respectiva categoria:

(...) apresentam a auto-imagem da profissão, elegem valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam requisitos (técnicos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem balizas de sua relação com os usuários dos seus serviços, como outras profissões e com as organizações e instituições, públicas e privadas (Netto,1999:95)[[21]](#footnote-22).

\*\*\*

 O projeto do Serviço Social brasileiro é historicamente datado, fruto e expressão de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no País, com forte presença das lutas operárias que impulsionaram a crise da ditadura do grande capital[[22]](#footnote-23).

\*\*\*

Foi no contexto de ascensão dos movimentos das classes sociais, das lutas em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988 e pela defesa do Estado de direito, que a categoria dos assistentes sociais foi sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil e não ficou a reboque desses acontecimentos[[23]](#footnote-24).

\*\*\*

Foi esse o solo histórico que tornou possível e impôs como necessário um amplo *movimento de renovação crítica do Serviço Social*, que derivou em significativas alterações nos campos do ensino , da pesquisa e da organização político –corporativa dos assistentes sociais. Por meio dessa renovação buscava-se assegurar a contemporaneidade do Serviço Social, isto é, sua conciliação com a história presente, afirmando-o como capaz de decifrar a sociedade brasileira e, nela, a profissão, de modo a construir respostas que possibilitassem ao Serviço Social confirmar-se como necessário no espaço e tempo dessa sociedade[[24]](#footnote-25).

\*\*\*

Um olhar retrospectivo para as duas últimas décadas permite atestar que os assistentes sociais deram um salto em sua qualificação e produção acadêmica e na presença política na sociedade. A categoria, hoje, também é pesquisadora, reconhecida pelas agencias oficiais de fomento[[25]](#footnote-26).

\*\*\*

A legislação profissional representa uma defesa da autonomia profissional, porque codifica princípios e valores éticos, competências e atribuições, alem de conhecimentos essenciais, que tem forca de lei, sendo judicialmente reclamáveis[[26]](#footnote-27).

\*\*\*

c) n*as articulações com outras entidades de Serviço Social* –ao nível latino-americano e internacional- e *com outras profissionais e movimentos sociais organizados, integrando esforços e lutas comuns; d)no trabalho profissional desenvolvido nos diferentes espaços ocupacionais*, de forma a preservar a qualidade dos serviços prestados e fortalecer junto aos usuários a noção de direito social e a possibilidade de ação coletiva na sua defesa na esfera pública, o que requer o aprofundamento teórico-metodológico e o cultivo da pesquisa como uma dimensão constitutiva do trabalho do assistente social[[27]](#footnote-28).

 \*\*\*

e) no ensino universitário, responsável pela qualificação teórica de pesquisadores e de profissionais, nos viveis de graduação e de pós-graduação lato e stricto sensu, o que supõe o zelo pelas funções básicas da Universidade, comprometida com a produção de conhecimentos e socialmente referenciada. Exige-se uma posição crítica e vigilante à contra-reforma universitária em curso que mercantiliza a educação, desqualifica a instituição universitária e a formação de quadros acadêmicos e profissionais[[28]](#footnote-29).

\*\*\*

Constituiu democraticamente a sua normalização, expressa no Código de Ética de 1993, que dispõe de um caráter de obrigatoriedade ao estabelecer os direitos e deveres do assistente social, segundo princípios e valores radicalmente humanistas, na contracorrente do clima cultural prevalecente, que são guias para exercício cotidiano[[29]](#footnote-30).

\*\*\*

- o reconhecimento da liberdade como valor ético central, que requer o reconhecimento da autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais e de seus dereitos;

- a defesa intransigente dos dereitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo;

- a defesa, aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia, entendida como socialização da participação política, da cultura e da riqueza produzida;

- o posicionamento d favor da equidade e da justiça social, que implica a universalidade no accesso a bens e serviços e a gestão democrática;

-o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a garantia do pluralismo;

- o compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores (CRESS-7ºRegiao, 2000)[[30]](#footnote-31).

\*\*\*

É nos limites desses princípios que se move o pluralismo, que supõe e reconhecimento da presença de orientações distintas na arena profissional assim como o embate respeitoso com as tendências regressivas do Serviço Social, cujos fundamentos liberais e conservadores legitimam o ordenamento social instituído[[31]](#footnote-32).

\*\*\*

Assim, o pluralismo propugnado não se identifica com a sua versão liberal, na qual todas as tendências profissionais são tidas como supostamente parasitárias, mascarando os desiguais arcos de influencia que exercem na profissão e os vínculos que estabelecem com projetos societários distintos e antagônicos, polarizados seja pelos interesses do grande capital, seja pela construção da unidade política dos trabalhadores enquanto classe[[32]](#footnote-33).

\*\*\*

São muitos os desafios atuais. O maior deles é tornar esse projeto um *guia efetivo para exercício profissional e consolidá-lo por meio de sua implementação efetiva, ainda que na contramão da maré neoliberal, a partir de suas próprias contradições e das forcas políticas que possam somar na direção por ele apontada[[33]](#footnote-34).*

\*\*\*

Poder-se-ia situar o debate quanto aos fundamentos do Serviço Social, nas duas últimas décadas, em três grandes eixos temáticos, estritamente imbricados: a) *o resgate da historicidade da profissão*, seja na reconstituição de sua trajetória na formação histórica da sociedade brasileira, seja na explicitação das particularidades histórica da sua inserção da divisão social e técnica do trabalho; b) *a crítica teórico-metodológica tanto do conservadorismo quanto da vulgarização marxista*, introduzindo a polemica em torno das relações entre historia, teoria e método no Serviço Social; c) *a ênfase na política social pública,* no campo das relações entre Estado e a sociedade civil, como especial atenção para seguridade social e, nela, para a política de assistência social[[34]](#footnote-35).

 \*\*\*

A ruptura como o empirismo e o utilitarismo –que tão fortemente grassaram o passado dessa área profissional- e a sólida formação teórico-metodológica de profissionais para se afirmarem como aguçados analistas sociais são, certamente, requisitos certamente, requisitos incontornáveis para preservar as conquistas já acumuladas. Mas essa formação teórica não pode silenciar a capacitação voltada às competências e habilidades requeridas para o desempenho do trabalho prático-profissional, que, resguardando um domínio teórico-metodológico e um direcionamento ético-político, se traduzam na construção de respostas às demandas postas ao assistente social –o que não se identifica com a sua imersão no terreno dos imediatismos. Trata-se ao contrario, de conjugar as ações imediatas com as projeções de médio e relações de poder no espaço ocupacional em articulação com forcas sociais nele intervenientes[[35]](#footnote-36).

\*\*\*

Em outros termos, o Serviço Social rompeu com a endogenia na análise da profissão, defrontou-se com os processos sociais macroscópicos que circunscrevem seu desempenho, sendo necessário agora realizar a “viagem de retorno à profissão” para reconstruí-la nas suas múltiplas relações e determinações como “concreto pensado”[[36]](#footnote-37).

\*\*\*

O tema da alienação permite atestar o radical humanismo histórico do pensamento de Marx. Ele é, certamente, o mais importante fio de continuidade com a minha produção atual, centrada na análise da forma típica da sociabilidade com a minha produção atual, centrada na analise da forma típica de sociabilidades da sociedade burguesa –ou de uma forma histórica de contribuição da individualidade social-, fundada nas formas sociais assumidas pelo trabalho, que são centrais na configuração da questão social na cena contemporânea[[37]](#footnote-38).

\*\*\*

Uma das mais expressivas contribuições para renovação crítica do Serviço Social brasileiro é de autoria de Netto (1991b,1992,1996), que tem sido objeto de especial referencia ao longo do presente ensaio. Elaborada com fina sustentação teórico-metodológica e profundamente enraizada na história do País, na dinâmica da expansão monopolista mundial, ela é responsável por uma culta interlocução da profissão com o pensamento social na modernidade e, especialmente, com representantes clássicos e contemporâneos da tradição crítico-dialética. Poder-se-ia afirmar que, animada por uma coçação histórica exemplar, a Tonica que singulariza essa análise é o privilegio da esfera da cultura ou, mais especificamente, da crítica ideocultural, como dimensão constitutiva da luta política pela ruptura da ordem burguesa[[38]](#footnote-39).

 \*\*\*

Privilegiado em decorrência do recorte do tema que se pretende adensar: o trabalho do assistente social. (Netto, 1992). A crítica, sem concessões em torno dessa formulação historicamente datada, é acompanhada do reconhecimento da ultrapassagem, na produção subseqüente do autor, da maior parte dos impasses identificados[[39]](#footnote-40).

\*\*\*

Netto (1992) propõe-se a elucidar o estatuto teórico da profissão e identificar a especificidade da prática profissional até os anos 60 do século XX, forcas teóricas e prático-sociais acumuladas pelos assistentes sociais, capazes ou não de responder às requisições externas. Esse percurso tem como desbordando-se na caracterização da prática profissional e dos seus parâmetros científicos e ideológicos[[40]](#footnote-41).

\*\*\*

O autor considera a natureza sócio profissional “maduramente sincrética”, “posta a carência do referencial crítico-dialético” (Netto, 1992:88). Esse pressuposto merece atenção, pois condiciona toda análise da profissão enfeixada na problemática da “retificação”, terreno em que os processos sociais se mostram na sua fenomenalidade, o que justifica o sincretismo, enquanto princípio constitutivo da natureza da profissão[[41]](#footnote-42):

\*\*\*

O sincretismo nos parece ser o fio condutos da afirmação e desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação (...)Sincretismo foi princípio constitutivo do Serviço Social (Netto, 1999:88).

\*\*\*

Verifica-se que a problemática que demanda a intervenção operativa do assistente social se apresenta, em si mesma, como um conjunto sincrético: a sua fenomenalidade é o sincretismo, deixando na sombra a estrutura profunda daquela que é a categoria ontológica central da própria realidade social que é a totalidade, (Netto, 1999:91).

\*\*\*

Como o sincretismo figura como a face aparente da totalidade do se social a natureza da profissão na sociedade burguesa madura é estabelecida a partir da sua fenomenalidade –aprisionada em sua indissociável reificacao-, pressupondo a “ausência do referencial crítico dialético”[[42]](#footnote-43).

\*\*\*

Na teórica social de Marx, a sociedade burguesa é indissociável do fetichismo mercantil, mas sua determinação implicou desvendar previamente a forma mercadoria: *tanto a substancia do valor* –o trabalho social abstrato que tem por suporte o trabalho concreto- quanto *a forma social em que se manifesta*, isto é, o valor de troca dos produtos do trabalho e fetichismo nela implicado. Este se expressa na prevalência das coisas em detrimento das relações sociais entre os produtores que operam por meio dos produtos do são trabalho. Atributos sociais da atividade humana (o trabalho) são obscurecidos e reificados nas coisas, na equivalência social entre os produtos do trabalho, em detrimento das relações sociais por meio da qual se expressam, numa tensão entre forma e essência[[43]](#footnote-44).

 \*\*\*

Assim, restringir o universo da análise do Serviço Social às formas reificadas de manifestação dos processos sociais, ainda que esse procedimento possa prevalecer no universo profissional, denuncia a mistificação, mas não elucida a natureza sócio-histórica dessa especialização do trabalho para além do universo alienado, em que se realiza e se mostra encoberta no sincretismo. Em outros termos, o esforço de desvendamento, ainda que essencial, torna-se parcial e inconcluso[[44]](#footnote-45).

 \*\*\*

(...) respostas funcionais às situações, que não demandam o seu conhecimento interno, mas tão-somente a manipulação de variáveis para a consecução de resultados eficazes –o que conta não é a reprodução veraz do processo que leva a um desfecho pretendido, porém o desfecho em si; no plano da cotidianidade, o critério da utilidade confunde-se com e da verdade. (Netto, 1987:67).

\*\*\*

Esse estranho silencio sobre a política, como instancia de mediação da relação do homem com sua genericidade na análise de Netto (a qual sempre teve centralidade em sua vida pública), torna opaca, neste texto, a luta de classes na resistência à sociedade do capital. Isso deriva em uma visão cerrada da retificação –forma assumida pela alienação na “ideade do monopólio”- e a alienação tende a ser apreendida como um estado e menos como um processo que comporta contratendências, porque as contradições das relações sociais são abscurecidas na lógica de sua exposição. Essa característica também se encontra presente no texto de sua autoria, de maior fôlego sobre o tema, Capitalismo e retificação (Netto, 1981)[[45]](#footnote-46).

\*\*\*

A sociedade burguesa constituída repõe a factualidade alienada e alienante com a que a forma mercadoria mistifica as relações sociais em todas as instancias e níveis sociais, envolvendo-os na especificidade da retificação. Todas as relações sociais, inclusive aquelas que afetam mais intimamente a interioridade mesma do sujeito –as suas mais singulares expressões anímicas- aparecem então como objetivações atomizadas e objetuais. Todavia, a unidade efetiva destas objetivações deve aparecer de algum modo, minimamente, para garantir a transição do social particular de uma instancia à outra, de um nível a outro, de uma “esfera” à outra; sem uma unidade de tipo qualquer, o desempenho social do agente seria problematizado, de uma maneira ou de outra por desequilíbrios psicossociais insuperáveis (...) A homogeneização se obtém pela positividade, que é a aparência global factual imediata que. Precisamente, assumem as objetivações do ser social[[46]](#footnote-47)-.

\*\*\*

 Para o autor, a ruptura da positividade, “como o padrão geral de emergência do ser social na sociedade burguesa constituída” implicaria a “introdução, na sociedade burguesa constituída, de uma outra racionalidade comportamental, que ela não pode tolerar” (Netto, 1987:87). Com isto, o círculo da análise se fecha, alimentando o fatalismo, pois não permite vislumbrar nem a presença dos movimentos revolucionários na história e nem horizontes de ruptura da positividade, em uma análise aprisionada num “pessimismo da razão”, que não dá lugar ao “otimismo da vontade política”, parafrasenado a Gramsci[[47]](#footnote-48).

\*\*\*

Após caracterizar o sincretismo no Serviço Social nos termos antes assinalados, Netto (1992) desdobra-o nos níveis da “prática indiferenciada”, do “sincretismo científico” e do “sincretismo ideológico”. O acervo da produção especializada, que tem na profissão o objeto central de reflexão, as análises de Netto (1992) acerca do “sincretismo ideológico” –focando a trajetória da influencia conservadora européia e norte-americana na cultura profissional –acerca do “sincretismo científico” –abordando e embate teórico-metodológico entre as ciências sociais e a teoria social- são, sem sombra de dúvidas, as mais ricas consistente, que nos foram legada nas últimas décadas[[48]](#footnote-49).

\*\*\*

Em texto mais recente, Netto (1996), sem retornar à tese sobre o sincretismo da prática indiferenciada, apresenta uma análise primorosa sobre as incidências das transformações societárias no capitalismo tardio, sob a hipertrofia do capital financeiro, no contexto das particularidades prático-sociais da profissão. Propoe-se a salientar as mediações que conectam, o Serviço Social às mudanças macroscópicas, uma vez que as profissões não são apenas resultados dos processos sociais, mas “corpus teóricos e práticos que, condensando projetos sociais (donde suas inelimináveis dimensões ideopolíticas) articulam respostas (teleológicas) aos mesmos processos sociais”. (Netto, 1996:89)[[49]](#footnote-50).

\*\*\*

Ela considera a profissão de “natureza ideopolítica” (Netto,1991ª,1992, 1996), não incorporando de forma transversal na análise a categoria trabalho tal como se expressa na sociedade capitalista (o que supõe atribuir historicidade à dimensão ontológica), ainda que o “trabalho do assistente social” seja citado em inúmeras ocasiões ao longo dos textos referidos[[50]](#footnote-51).

\*\*\*

Consenso de que se trata uma atividade inscrita predominantemente no terreno político e ideológico, com refrações nas condições nas condições materiais da existência dos sujeitos via serviços, programas e projetos implementados pelas políticas públicas -, com destaque para o campo da seguridade social e, nela, da assistência-, que interferem no padrão de consumo e na qualidade de vida das famílias trabalhadoras[[51]](#footnote-52).

\*\*\*

Os assistentes sociais disponem de um manancial de denuncias sobre violação dos direitos humanos o sociais e, desde que não firam as prescrições éticas do sigilo profissional, podem ser difundidas e repassadas aos órgãos de representação e meios de comunicação, atribuindo-lhes visibilidade pública na defesa dos dereitos. Ao nível do trabalho concreto realizado na esfera do Estado, merece atenção a socialização das informações enquanto uma das atividades profissionais exercidas pelo assistente social[[52]](#footnote-53).

\*\*\*

Desde o final da década de 70 e inicio dos anos 80, o Serviço Social brasileiro vem se debruçando sobre os desafios que a história recente do País tem descortinado à profissão. Esse profícuo trajeto para a consolida - simultaneamente, num relativo distanciamento do intenso intercambio do anterior. Tal distanciamento tem sido revertido, nesta década, com a retomada da articulação latino-americana no Serviço Social brasileiro e sua Enseñanza y Investigación en Trabajo Social –ALALETS[[53]](#footnote-54).

\*\*\*

De outro modo, os contratos com Serviço Social norte-americano e europeo foram relativamente escassos e insulados, pouco envolvendo a coletividade de docentes e pesquisadores, dificultando o cultivo de pesquisas comparadas, necessários para o Serviço Social brasileiro avaliar-se no caleidoscópio internacional da profissão[[54]](#footnote-55).

\*\*\*

Mas aquele intercambio supõe também extrapolar as relações internacionais para os países da União Européia, Ásia e África, tanto para construir espaços comuns de debate e pesquisa, quanto para agregar esforços na luta comum para enfrentar as desigualdades vinculadas à internacionalização da economia, da política e da cultura no cenário mundial[[55]](#footnote-56).

\*\*\*

Para se discutir os caminhos da pesquisa no Serviço Social há que previamente detectar as tendências que se apresentam na realidade, como pressuposto para se elaborar um diagnóstico das exigências a serem respondidas em nível de ensino graduado e pós-graduado, condizente com o projeto profissional, coletivamente construído, criando bases para se formular uma política de pesquisa para a área[[56]](#footnote-57).

\*\*\*

Em nível de pós-graduação, segundo dados da Fundação Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério de Educação, referentes a 2007, o País tem 9 cursos de maestrado em Serviço Social (PUC/RS,PUC/SP,PUC/RJ, UFMA, UFRJ,UFPE,UnB,UNESP, UERJ) e 24 cursos de mestrado acadêmico, a maioria em instituições públicas seguidos de universidades católicas e apenas 1 em universidade privada empresarial[[57]](#footnote-58).

\*\*\*

A natureza dos 24 programas de pós-graduação da área de Serviço Social, em 2007, é a seguinte: 15 em Serviço Social, 5 em Política Social, 1 em Política Social e Serviço Social e Cidadania, 2 em Políticas Publicas[[58]](#footnote-59).

\*\*\*

Os programas de pós-graduação são submetidos à avaliação periódica da CAPES/MEC, considerando-se os seguintes critérios: proposta do programa, corpo docente, atividades de pesquisa, atividades de formação, corpo discente, teses e dissertações , produção intelectual e inserção social. O resultado da última avaliação da CAPES, data de 2004, revela 4,2% dos programas com nota 6 (seis), referente a um único programa; 20,8% com nota 5 (cinco) incluindo cinco programas;20,8% com nota 4 (quatro),abrangendo cinco programas e 54,2% com nota 3 (três) referente a treze programas, o que deve levar em considerações a expansão da áreas e a presença de programas novos[[59]](#footnote-60).

\*\*\*

As áreas de concentração dos programas são as seguintes:

-Estado, sociedade e políticas publicas (UFPI);

-Serviço Social, instituições e movimentos sociais; Serviço Social, política social e cidadania (UFRJ);

-Serviço Social, políticas e processos sociais; demandas e políticas sociais; metodologias do serviço social (PUC/RS);

-Serviço Social, políticas sociais e movimento sociais; Serviço Social: fundamentos e prática profissional (PUC/SP);

-Serviço Social e política social (UEL);

-Política social e trabalho (UERJ);

-Proteção social e processos interventivos (UFF)[[60]](#footnote-61);

 \*\*\*

E a tendência de expansão e fortalecimento dos grupos /núcleos de pesquisa. O corpo docente é composto, na sua totalidade, por doutores, vários com pós-doutorado no Brasil e no exterior, sendo que a maioria dos programas dispõe de veículos próprios de divulgação da produção científica (Revista e Cadernos)[[61]](#footnote-62).

\*\*\*

Os eixos temáticos, em ordem de representatividade, do conjunto da área são os seguintes:

1. Políticas sociais: Estado e sociedade civil. Congrega 19 linhas de pesquisa (34,5%) e projetos em andamento ou concluídos (41%);

2. Relações e processos de trabalho, políticas públicas e Serviço Social, congregando 8 linhas de pesquisa (14,5%) e 103 projetos (17,7%);

3. Cultura e identidades: processos e práticas sociais, articulando 8 linhas de pesquisa (14,3%) e 83 projetos (14,3%);

4. Família profissional em Serviço Social: fundamentos e exercício da profissão, com recortes em: historia e concepções contemporâneas do Serviço Social, identidade e trabalho profissional, congregando 7 linhas de pesquisa (12,7%) e 47 projetos (8%).

5. Formação profissional em Serviço Social: fundamentos e exercício da profissão, com recortes em: historia e concepções contemporâneas do Serviço Social, identidade e trabalho profissional, congregando linhas de pesquisa (12,7%) e 47 projetos (8%)[[62]](#footnote-63).

\*\*\*

a) É conhecida a concentração da pesquisa no eixo das relações entre o Estado e sociedade civil no âmbito das políticas públicas -, em especial das políticas sociais-, terreno contraditório em que se inscreve majoritariamente a atuação do assistente social em resposta às expressões das desigualdades sociais, condensadas nas múltiplas expressões da questão social. A ênfase recai na implementação, gestão, avaliação de programas de projetos sociais previstos pelas políticas, com ênfase nos âmbitos estaduais e municipais-, que são competências do assistente social-, contribuído para qualificar o debate e o trabalho profissional[[63]](#footnote-64).

 \*\*\*

A abordagem das políticas sociais tem como privilegio a seguridade social (em especial, saúde e assistência), ao mesmo tempo em que a extrapola, abrangendo as políticas públicas (meio ambiente, desenvolvimento local. Verifica-se uma clara preocupação em relacionar as políticas públicas e os sujeitos sociais na mobilização social por dereitos, ou por meio de formas de representação nos órgãos de controle democrático, via conselhos de políticas e de dereitos: crianças e adolescentes, lutas por moradia, sem terra etc[[64]](#footnote-65).

\*\*\*

É interessante observar que as fragmentações operadas pelas políticas no atendimento às necessidades sociais das classes subalternas e seus segmentos -, idosos, crianças e adolescentes, portador de necessidades especiais -, são critério que vem filtrando a análise dos sujeitos sociais pelo Serviço Social, nem sempre atribuído visibilidade ás clivagem coletivas de classe. A armadilha está em focalizar os segmentos em si mesmos, fragmentando-os e isolando o seu tratamento analítico das relações sociais que os constituem[[65]](#footnote-66).

\*\*\*

b) O tema do trabalho alçou a segunda posição na prioridade da pesquisa na área, o que é uma conquista relativamente recente, condizente com as transformações societárias operadas na esfera da produção de bens e serviços, no contexto da reestruturação da produção e dos mercados no atual estágio de acumulação capitalista. Observa-se uma dupla direção das pesquisas: o foco nas relações e processos de trabalho, extrapolando o universo empresarial para abranger a diversidade das formas de organização e das relações de trabalho e perfis de segmentos de trabalhadores (com distinções de gênero e etnias) e do mercado de trabalho, incluído o mercado para o assistente social. A segunda direção é centrada no trabalho do assistente social e suas metamorfoses, no contexto societário[[66]](#footnote-67).

\*\*\*

d) A quarta prioridade volta-se a temática relativa à família, sociabilidade e cotidiano, apresentando uma interfase destacada com o tema anterior, na análise dos sujeitos em seus recortes de gênero, etnia e geração. É fundamental a retomada dos estudos sobre a família trabalhadora e as transformações que nela vem sendo operadas como parte das relações sociais abrangentes: adensar de historicidade a análise social das famílias como contraponto às análises no campo da clínica, de teor psicologizante, como a única alternativa para os estúdios das relações familiares. O estudo da família foi alvo de pouco investimento de pesquisa o passado recente da profissão, o que abriu caminho às abordagens sistêmicas e psicossociais, inspiradas em áreas correlatas e com forte teor conservador. Mas a retomada do tema está também relacionada ao fato de a família ser alvo da maior parte dos programas previstos pelas políticas sociais públicas (criança e adolescente, idoso, segurança alimentar, portadores de necessidades especiais etc)[[67]](#footnote-68).

\*\*\*

Hoje essas temáticas dispõem de pouca representatividade no universo da pesquisa, embora os temas estejam longe de ser esgotados. Os dados da na pós-graduação indicam uma inquietante falta de visibilidade de pesquisas sobre a ética no Serviço Social. No período 2001-2003, os projetos de pesquisa voltados à ética, cultura e dereitos humanos representavam 0, 97% do total dos eixos temáticos, conforme Carvalho e Silva (2005:97)[[68]](#footnote-69).

 \*\*\*

processos de organização da cultura e inserção da prática do assistente social, particularizados na re- atualização do cooperativismo, na filantropia empresarial, na operacionalização e gestão das políticas sociais e no enfrentamento da questão social; o sujeito profissional: identidade, representações de gênero e subalternidade, expressão da cidadania e da democracia na ação profissional[[69]](#footnote-70).

 \*\*\*

A contrapartida está no cultivo das problemáticas já anunciadas pelos pensadores clássicos -, e certamente redimensionadas na história do presente-, a favor da compreensão que valoriza a vinculação dos homens entre si e com as configurações histórico-estruturais em suas particularidades nacionais. Integrar razão e história, ciência e realidade, contribuindo para fecundar o que Florestan Fernandes chamou de “Sociologia Crítica” no Brasil: um estilo de reflexão que questiona a realidade social e o pensamento ao lidar com as relações, processos e estruturas sociais, que engendram a especificidade do social[[70]](#footnote-71).

\*\*\*

O desafio é afirmar uma profissão voltada à defesa dos dereitos o das conquistas acumuladas ao longo da historia da luta dos trabalhadores no País, e comprometida com a radical democratização da vida social no horizonte da emancipação humana: “ser radical é tomar as coisas pela raiz, e a raiz, para e homem, é próprio homem” (K.Marx)[[71]](#footnote-72)

1. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 20. [↑](#footnote-ref-2)
2. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 21. [↑](#footnote-ref-3)
3. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 26. [↑](#footnote-ref-4)
4. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 27. [↑](#footnote-ref-5)
5. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 27-28. [↑](#footnote-ref-6)
6. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 39. [↑](#footnote-ref-7)
7. Marx, Karl. (1985b, t II, v III) a primeira seção: “As metamorfoses do capital e seu ciclo”. [↑](#footnote-ref-8)
8. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 93. [↑](#footnote-ref-9)
9. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 93. [↑](#footnote-ref-10)
10. MARX, Karl. Manuscritos Económico-filosóficos de 1844. In Manuscritos económico-filosoficos e outros textos escolhidos. São Paulo. Abril Cultural 1974. Pag 274. [↑](#footnote-ref-11)
11. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 100. [↑](#footnote-ref-12)
12. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 103. [↑](#footnote-ref-13)
13. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 170. [↑](#footnote-ref-14)
14. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 183. [↑](#footnote-ref-15)
15. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 210. [↑](#footnote-ref-16)
16. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 211. [↑](#footnote-ref-17)
17. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 212. [↑](#footnote-ref-18)
18. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 213. [↑](#footnote-ref-19)
19. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 215. [↑](#footnote-ref-20)
20. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 222. [↑](#footnote-ref-21)
21. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 222. [↑](#footnote-ref-22)
22. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 223. [↑](#footnote-ref-23)
23. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 223. [↑](#footnote-ref-24)
24. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 223. [↑](#footnote-ref-25)
25. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 223. [↑](#footnote-ref-26)
26. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 224. [↑](#footnote-ref-27)
27. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 225. [↑](#footnote-ref-28)
28. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 225. [↑](#footnote-ref-29)
29. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 225. [↑](#footnote-ref-30)
30. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 225-226. [↑](#footnote-ref-31)
31. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 226. [↑](#footnote-ref-32)
32. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 227. [↑](#footnote-ref-33)
33. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 233. [↑](#footnote-ref-34)
34. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 236. [↑](#footnote-ref-35)
35. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 240. [↑](#footnote-ref-36)
36. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 240. [↑](#footnote-ref-37)
37. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 246. [↑](#footnote-ref-38)
38. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 264. [↑](#footnote-ref-39)
39. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 265. [↑](#footnote-ref-40)
40. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 265. [↑](#footnote-ref-41)
41. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 265. [↑](#footnote-ref-42)
42. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 267. [↑](#footnote-ref-43)
43. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 267. [↑](#footnote-ref-44)
44. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 267-168. [↑](#footnote-ref-45)
45. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 269. [↑](#footnote-ref-46)
46. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 270. [↑](#footnote-ref-47)
47. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 271. [↑](#footnote-ref-48)
48. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 273. [↑](#footnote-ref-49)
49. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 276. [↑](#footnote-ref-50)
50. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 283. [↑](#footnote-ref-51)
51. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 418. [↑](#footnote-ref-52)
52. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 427. [↑](#footnote-ref-53)
53. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 453. [↑](#footnote-ref-54)
54. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 453. [↑](#footnote-ref-55)
55. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 454. [↑](#footnote-ref-56)
56. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 454. [↑](#footnote-ref-57)
57. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 454. [↑](#footnote-ref-58)
58. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 454. [↑](#footnote-ref-59)
59. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 455. [↑](#footnote-ref-60)
60. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 455. [↑](#footnote-ref-61)
61. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 456. [↑](#footnote-ref-62)
62. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 458. [↑](#footnote-ref-63)
63. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 459. [↑](#footnote-ref-64)
64. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 459. [↑](#footnote-ref-65)
65. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 459. [↑](#footnote-ref-66)
66. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 460. [↑](#footnote-ref-67)
67. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 461. [↑](#footnote-ref-68)
68. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 464. [↑](#footnote-ref-69)
69. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 464. [↑](#footnote-ref-70)
70. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 470. [↑](#footnote-ref-71)
71. IAMAMOTO, Marilda. Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008 pag. 470. [↑](#footnote-ref-72)